

1

Plenária dia 03/03/2005 Ata nº 04

2

ATA 04/05 CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

3 Aos 3 dias do mês de março de 2005 reuniu-se, as 19:00 hs, no auditório da Secretaria
4 Municipal de Saúde, o Conselho Municipal de Saúde de Porto Alegre, para deliberar sobre e
5 a seguinte pauta: 1)Leitura Resumida da Ata 03/05; 2 Faltas Justificadas;3)Informes;
6 4)PAUTA: a)Regimento Interno da SETEC;b)Resolução 05, sobre Vales-transportes;
7 c)Resolução 04, sobre Faltas Justificadas. Estavam presentes os seguintes Conselheiros:
8 **1)Nei Carvalho, 2)Oscar Paniz, 3)Darcy Villanova Azevedo, 4)Ângela Regina Groof,**
9 **5)Riograndino de Oliveira,6)Glecy Alvarenga, 7 Ione Nichele. 8) Jaci dos Santos,**
10 **9)Maria Ivone Dill, 10)Maria Encarnacion Ortega, 11) Nadia Albuquerque, 12)René**
11 **Miguel Alves, 13)José Carlos Vieira, 14)Ana Maria Cirne, 15)Luciana Zanetti, 16)Sérgio**
12 **Marques, 17)Paulo Henrique Rodrigues, 18)Marisa de Fátima O N Waschburger,**
13 **19)Sandra Lúcia Santos Medeiros, 20)Sandra Mello Perin, 21)Isis Azevedo de Oliveira,**
14 **22)Vera Lúcia Pasini, 23)Cláudia Feldmann Gonçalves, 24)Alair Rosinete dos Santos,**
15 **25)Jairo Tessari, 26)Alcides Possobon, 28)Roger dos Santos Rosa, 28)Izolda Machado**
16 **Pinheiro, 29)Pedro Gus, 30)Márcia Nunes e os Suplentes: 1)Palmira Fontoura, 2)Valdir**
17 **Gomes Nunes, 3)Antonio Losada, 4) Ernani Tadeu Ramos, 5)Maria Helena França,**
18 **6)Cléber Inácio Barreto,) Rosa Anacleta Vaz Carvalho, 8)Raul Martins, Justificaram**
19 **suas faltas: Zilda Martins, 2)Ana Maria Moreira, 3) Elen Maria Borba, 4)Humberto**
20 **Scorza, 5) Maria Letícia de Oliveira Garcia, 6) Janete Mengue, 7)Deoclides Ferreira,**
21 **8)Carlos Geyer, 9)Lísia H. Gabe. É feita a leitura da Ata, Resumida. Conselheiro JAIRO**
22 **TESSARI solicita que complemente os dados referentes aos Pareceres da SETEC,**
23 **especificando melhor seus conteúdos e o resultado da votação, dizendo que esta Ata,**
24 **resumida desta forma, poderá servir de documento. O Coordenador NEI CARVALHO acata a**
25 **sugestão e coloca em votação a Ata., sendo esta aprovada por 19 Conselheiros, 3 se abstém**
26 **e nenhum voto em contrário. Passamos aos informes, iniciando pelo próprio Coordenador NEI**
27 **CARVALHO, informando que este ano teremos conferências de Saúde do Trabalhador,**
28 **Gestão do Trabalho e Educação em Saúde e Saúde Indígena, sendo que as duas primeiras,**
29 **suas etapas municipais serão entre abril e setembro de 2005. A Saúde Indígena terá etapas**
30 **locais e distritais entre julho e dezembro de 2005. Continua o SR. NEI nos informes, falando**
31 **de sua participação na retomada do Conselho Metropolitano, que abrange 24 municípios.**
32 **Existia uma previsão que neste início de ano estaríamos marcando o prazo para a Eleição,**
33 **que estava prevista para abril. Esta semana, 01/03/2005, tivemos uma reunião onde ficou**
34 **definido que dia 4 de abril será a data da Plenária, onde ocorrerá a eleição. Todos vocês**
35 **serão mantidos informados e convidados. Continua o Sr. NEI, falando agora da Plenária**
36 **Estadual de Conselhos Municipais de Saúde, que acontecerá em 5 e 6 de abril. Já temos**
37 **aqui a programação e o Regimento Interno. Continua o Sr.NEI, lembrando que a nossa**
38 **próxima Plenária será dia 17/03 e o local será o Auditório da Secretaria da Administração, as**
39 **19:00 hs, e o assunto, exclusivo, será Medicamentos. Todos já devem estar com a cópia,**
40 **onde consta o nome dos debatedores. Fala o Conselheiro OSCAR PANIZ, comunicando que**
41 **em 09/04/2005 haverá Plenária Extraordinária, que acontecerá no Centro Administrativo da**
42 **Restinga. A pauta será sobre o andamento do Projeto da Associação Hospitalar Moinhos de**
43 **Vento para a região. O pessoal do Moinhos de Vento já foi contatado e nossa idéia é**
44 **providenciar transporte para os Conselheiros que desejarem participar. O horário será as**
45 **10:00 hs as 12:00 hs. Posteriormente combinaremos sobre o transporte. Será no sábado**
46 **pela manhã para possibilitar a presença de moradores da região. Se manifesta a Conselheira**
47 **GLECI ALVARENGA e solicita ela, ao Gestor, informações sobre onde estaria a Ambulância**

48 da Região Sul e também pergunto ao Sr. RAUL se os Gerentes Distritais não serão
49 apresentados aqui no Conselho. Fala a ELIANA CARVALHO, dizendo que o Conselho
50 Municipal está recebendo a visita de um estudante, do Curso de Ciências Sociais das UERJ,
51 Felipe Rangel, e outra estudante. Eles precisam fazer entrevistas com membros deste
52 Conselho. Quem estiver disposto a colaborar, dê o nome até o fim desta Plenária, para
53 agendarmos com ele. Passa então o Sr. Coordenador, NEI CARVALHO, para o primeiro
54 ponto de pauta, que é a Proposta de Regimento Interno da SETEC. É feita a leitura pela
55 Conselheira ANA MARIA CIRNE. Após a apresentação o Sr. NEI lembra que as cópias desta
56 proposta foram entregues em Plenárias anteriores. Continua o Sr. NEI, dizendo que a
57 SETEC existe desde que o Conselho foi criado. Recentemente se chegou a conclusão de
58 que seu Regimento Interno deveria ser revisado e é isto que foi feito e está aqui para
59 apreciarmos. É bom lembrar que as entidades que compõem as Secretarias não são
60 autônomas. Lembramos que o Departamento Jurídico da Secretaria da Saúde olhou esta
61 proposta de Regimento e na reunião de Núcleo de Coordenação de 02/03/2005 o DR. DINO
62 esteve presente e apreciou conosco este texto. Fala o Sr. RAUL MARTINS, pelo Gestor,
63 dizendo que todos estão aqui para colaborar. Quero responder primeiro a Sra. GLECY, da
64 Centro-Sul. Peço desculpas, mas não sei o que aconteceu com a Ambulância. Tenho de
65 descobrir, amanhã, Os Gerentes já estiveram aqui, na nossa última Plenária. Não fizemos a
66 apresentação formal. Prometemos que vamos fazer na próxima Plenária, aqui, não esta
67 próxima que é específica para tratar de medicamentos. Iremos fazer com que todos os
68 Gerentes estejam presentes. Todos estão nomeados. Todos estão trabalhando. Sobre o
69 Regimento da SETEC, nós temos algumas posições, que queremos trazer. São até de forma
70 e algumas são de conceito. Primeiro, que a gente entende que a paridade prevista
71 legalmente é paridade entre os usuários e os demais segmentos. A gente não entende
72 porque tem 1 representante do Gestor, 2 dos Trabalhadores, 1 dos Prestadores e aí 4
73 Usuários. Acho que o adequado seria 1 representante do Gestor, 1 representante dos
74 Trabalhadores, 1 dos Prestadores de Serviços e 3 Usuários. E se nós decidirmos que forem
75 6, aí se aumenta 2 Trabalhadores, 2 Gestores e 2 Prestadores de Serviços. Isso é o
76 entendimento que a gente tem. Ou seja, isso é paridade. Participação Paritária. Outra visão
77 importante, não conceitual, estrutural. Nós não acreditamos que a SETEC seja deliberativa.
78 A SETEC é um órgão de assessoramento. No Regimento Interno diz: para deliberar. A
79 SETEC não tem nenhum direito de trazer aqui uma posição tirada por votação, seja o que
80 for. Ela tem que trazer um parecer técnico. Será colocado em votação pela Plenária. Ou seja,
81 se tem aceitação técnica um determinado procedimento contábil, ou se não. Ela não pode
82 aprovar o procedimento contábil não. Ela tem que dar posicionamento técnico. Ele está certo
83 ou está errado. Quem aprova ou não é a Plenária. Quem delibera ou não é a Plenária. É
84 importante saber que a SETEC é um órgão de assessoramento técnico. Enquanto órgão de
85 assessoramento técnico, a gente acha que sua composição tem que ser maleável, de acordo
86 com os assuntos que são tratados, ou seja, não vamos querer ter aqui indivíduos fixos, só
87 médicos, só enfermeiros ou só químicos. E quando tivermos que apreciar um Orçamento, a
88 coisa não fica complicada. A composição paritária, significa, dependendo do tema, que
89 estamos tratando do ponto de vista técnico. A SETEC vai ter de chamar técnicos, de forma
90 paritária, para expressar seu parecer. Ou senão, Dna. França, explicar parecer contábil, um
91 Médico, um Enfermeiro, ou expressar um parecer contábil, vai ficar complicado, do ponto de
92 vista técnico. E a outra questão, que é a composição absolutamente técnica. Acharmos sim
93 que os Usuários devem comparecer e fazer parte da SETEC. Mas devem ser técnicos,
94 porque senão a discussão é política e não técnica. Se a SETEC tem a característica de
95 Assessoramento Técnico, a gente tem que ter o Parecer Técnico. Fala o Sr. Coordenador
96 NEI. Sobre a deliberação, diz, nós também temos esse entendimento. A SETEC emite

97 parecer. Se está escrito Deliberativo, nós vamos ter que trocar. Então trocamos para: Emitir
98 Parecer. A outra questão, que nós discutimos com o Dr.DINO, ontem no Núcleo. A
99 Resolução 33, que é uma questão mais nova da Lei 8142, já foi reformulado no seguinte:
100 50% para Usuários, 25% para Trabalhadores e 25% para Gestores e Prestadores de
101 Serviços. Isto já vem de 4 ou 5 anos e os 25% é dividido entre Gestor e Prestador. Então é
102 por isso que ficou difícil a gente fazer número. Se nós tivéssemos 6, o Gestor ou Prestador
103 ficariam fora. Por isso foi alterado de 6 para 8. A questão técnica a gente entende. A idéia do
104 Usuário estar presente, poder estar participando, é a idéia de ter o representante da
105 população. Os Usuários que estão na SETEC hoje têm formação técnica. Nós não
106 entendemos que o Usuário precisa ser técnico para dar parecer técnico, pois tem técnicos na
107 comissão. Temos Médicos, Enfermeiros, que nos clareiam as dúvidas. Então, o
108 entendimento que agente tem é que vai ficar uma coisa técnica. Fala o Conselheiro JAIRO
109 TESSARI, dizendo concordar com o Sr. NEI em relação a paridade. Já está estabelecido por
110 Lei. Acho que não cabe ficar discutindo. As paridades. Por analogia a composição da SETEC
111 é a composição que se estabelece no Conselho. Mas o que eu queria questionar, acho que
112 foi na segunda página, que a Dra. ANA leu, que o Núcleo de Coordenação indica os
113 Representantes do Governo. O Sr. lembra como se procede na escolha dos membros da
114 SETEC. Se vem na Plenária e solicitamos que hajam indicações para a composição da
115 SETEC. Nós não indicamos ninguém. O segmento dos Enfermeiros indica, os Médicos
116 indicam, e por ai vai. Se manifesta o Conselheiro OSCAR PANIZ. Sobre o que o Sr. RAUL
117 disse, quer lembrar que a riqueza desta história de controle social é fantástica. Eu sou
118 membro da SETEC. Sou Usuário. Em muitos temas sou ignorante. Mas a riqueza,
119 exatamente no debate, ali na SETEC, é esta, pois qual é o nosso propósito ali? É, quando a
120 gente tem dúvidas e chama quem entende do assunto.Temos Médicos, Enfermeiros, que
121 fazem parte da SETEC. Quando não conseguimos dar conta, por exemplo dos números,
122 agente se socorres do pessoal do financeiro, que sempre desce. Inclusive queremos
123 aprimorar o funcionamento da SETEC. Queremos usar o computador, entrar no Sistema. Isto
124 tudo a gente quer, inclusive e por isso, a gente quer a presença do Gestor. Na Gestão
125 passadas tivemos dificuldades na SETEC, pois o representante do Gestor sempre mudava,
126 ou não vinha. Nosso debate era complicado. Portanto, basicamente quero falar sobre a
127 ignorância do Usuário, que não precisa ser técnico,pois a gente recorre a quem entende dos
128 assuntos. Fala a Conselheira FRANÇA,, que diz residir suas dúvidas em relação aos
129 componentes desta comissão. Um representante do Gestor, 1 dos Prestadores, 2 dos
130 Trabalhadores e 4 Usuários. E ai um grupo, se forem pessoas que não entendem
131 exatamente o que está discutindo, vai se tornar uma polêmica e impedir de chegar a uma
132 conclusão. O normal, eu acharia que seria 3 usuários. Fala a Sra. TANIA FAILACE. Diz que
133 sua preocupação é em relação as coisas que a gente assistiu no ano passado. É que os
134 Projetos, para serem apresentados, deveriam passar por um crivo,para depois eu entrar em
135 Projetos de Assistência Social, d e Recreação, de Pesquisa Escolar, para reivindicar verbas
136 do SUS. Quando a gente faz debate estadual, é uma briga enorme para reserva ro que é
137 SUS para o SUS. Não é para clientela específica, separada, nem para qualquer outro
138 assunto, a não ser a questão da Saúde. Então, acho que já se devia ter um critério para
139 receber os Projetos e já serem descartados aqueles que não competem ao SUS. O
140 Coordenador NEI diz à TANIZ, que sabe o que aconteceu. Lembra da situação. Nós estamos
141 aqui para errar e acertar. Se tiver pelo menos o Gestor na reunião da SETEC, não vai
142 acontecer isso, pois alguém já sabe se o Projeto é de Saúde ou não. Se pronuncia a Sra.
143 PALMIRA FONTOURA, dizendo que fica muito triste o nosso Gestor começar dizendo que o
144 outro lado não pode participar. Bom, eu entendi assim. Eu Acho que o usuário é um usuário
145 que participa. Ele faz seu trabalho. Trabalho que acha que tem que ser feito. Fala o Sr.

146 DANILO, do Sindisaúde, dizendo que só os usuários, nada melhor que eles. Eles sabem
147 onde aperta o sapato. Ele sabe aonde está a dificuldade. Então, na troca de experiência e no
148 dia – a – dia obviamente que estes usuários entenderão a parte técnica. A troca de
149 experiências dos trabalhadores, que está aberta ao diálogo, médico, enfermeiro. É um
150 Conselho Solidário. Mantém-se o usuário. Fala o Conselheiro Suplente, ERNANI, usuário,
151 representante da SETEC. Quero dizer que já fui contemplado nas falas anteriores, inclusive
152 pelo nosso coordenador. Sobre a composição da SETEC, está prevista em Lei. Também
153 gostaria de explicar qual é o objetivo, o que se colocou, nesta proposta de deliberar na
154 Secretaria Técnica. É o seguinte. Nós apresentamos o parecer sobre os mais variados
155 temas. Então se fosse pela participação, teríamos mais de 500 pessoas, pois cada um teria
156 de entender sobre o assunto. E aí, nesta proposta, a gente prevê que a SETEC poderá
157 chamar alguém da Secretaria da Saúde, para esclarecer o Projeto, Programas, Prestação de
158 Contas, que a SETEC, na sua composição, não entenda. Então esta deliberação, o que nós
159 queremos dizer com isso aí é que muitas vezes o assunto fica polêmico dentro da própria
160 Comissão, para ser apresentado o Parecer nesta Plenária, para os Conselheiros aprovarem.
161 Então eu gostaria de manter que a deliberação fosse sim pelos membros, dentro da
162 Secretaria Técnica, porque, as vezes, nem todos tem o mesmo entendimento sobre o
163 mesmo assunto. Fala o Coordenador NEI, dizendo que a SETEC é deliberativa, de forma
164 interna.. Ela é deliberativa dentro da própria instância, que é a SETEC, mas ela não delibera
165 assuntos, em função de divergências, das discussões que tem e aí, se isto não for feito, não
166 vai ter parecer. Não tem como fazer parecer, senão houver um acordo. Isto é o que quer
167 dizer deliberativo. Mas não deliberativo de fazer o Parecer e dizer que não passa por mais
168 ninguém. Então a deliberação é na própria instância, que é a própria Secretaria Técnica. Se
169 manifesta o Sr. ALBERTO GABELINI. Diz ter atividade aqui na Secretaria da Saúde a
170 11 anos. Tenho trabalhado bastante pelo controle social, sou técnico desta Secretaria e já fui
171 membro por 2 vezes da SETEC. Eu gostaria de relembrar alguns aspectos que eu vivenciei
172 dentro da SETEC, de dificuldades justamente por este tipo de formação. Acho que nós
173 estamos cometendo algum equívoco. Não existe maioria para dizer que tecnicamente está
174 correto ou está errado. Já aconteceu, e eu vivenciei isto, um tema, de uma área de
175 conhecimento técnico, foi avaliado por 4 pessoas de uma área diferente e o daquela área a
176 que se referia o estudo, foi voto vencido. O quorum de discussão é aqui dentro. As pessoas,
177 todos os Conselheiros, tem que estar convencidos. A função da SETEC é questionar. Ela vai
178 pegar o Projeto que veio para o Conselho, vai verificar a sua viabilidade, vai verificar se é
179 adequado. Vai fazer a tradução disso e apresentar ao Conselho e não vai simplesmente
180 chegar, como muitas vezes se viu, a SETEC é pela aprovação, ponto. Não, a SETEC tem
181 que ajudar os Conselheiros, principalmente os usuários, a bem entender aquilo que está
182 votando e parece que o que está em jogo é isto. Então, se nós tivermos 500 técnicos para
183 assessorar em todos os assuntos, nós sabemos que todos os assuntos vão estar
184 absolutamente qualificados, como a população merece. Coordenador NEI diz que não existe
185 só uma questão técnica e o próprio ALBERTO sabe disso. Quando a gente aprova um
186 Projeto, que vai ser apresentado à população, nós temos que saber se esta população está
187 satisfeita com o processo que está acontecendo lá na comunidade. Isto é diferente de o
188 técnico sentar dentro de uma sala e dizer que o Projeto é bom, que está bem feito, ou que
189 vai ser maravilhoso. Uma outra coisa que eu lembro ALBERTO, estava contigo na SETEC,
190 que nós tentamos naquela época modificar o nosso Regimento Interno da SETEC, no
191 sentido de estar apresentando outras alternativas, para que pudesse contemplar a isso.
192 Porque não é a SETEC que tem a razão de todas as coisas. Se nós dissemos trabalhar com
193 a população, que esta população é importante, que o controle social é importante, que não
194 sei o que, o que mais, nós temos que ouvir estas pessoas. Então eu vou entupindo a

195 população de Projetos e eu não pergunto para ela se ela está satisfeita. Não é só aquilo que
196 o técnico a acha que é bom que efetivamente dá resultado. Por isso a importância do
197 usuário, que está lá na ponta, dando a sua contribuição pois vai ajudar. Fala a Conselheira
198 VERA PASINI, dizendo que queria contribuir pois acho que na última reunião do Conselho a
199 gente teve um exemplo do que é uma avaliação técnica e os atravessamentos políticos,
200 quanto metodológicos. De concepção que a gente tem em relação a determinado tema. Na
201 última reunião foi feita uma avaliação do CA OS/AD numa perspectiva técnica. Quando a
202 avaliação técnica, esse nós observarmos a técnica é puramente neutra a gente talvez não
203 tivesse nenhuma questão para contra-argumentar a avaliação técnica. Mas a gente teve
204 vários pontos a questionar naquela avaliação técnica. Tem questões envolvidas no CAPS/AD
205 que não passam pela questão puramente técnica. Então eu acho que a Secretaria Técnica
206 tem um pouco esta função, que é sim, discutir um parecer técnico confiável que possa falar
207 disso, mas que tenha também a avaliar aí as implicações outras que atravessam o parecer
208 técnico. Fala a ROSA, do Sindisaúde, dizendo da importância das duas partes. Só que tem
209 um detalhe, que é o da vivência, do dia – a - dia e o que melhor do que o usuário. A pesquisa
210 para que existe? Tecnicamente se o usuário tiver dificuldades de se pronunciar
211 tecnicamente. Para que existe a pesquisa? Ninguém sabe tudo o tempo todo. Acho que deve
212 prevalecer sim a questão do usuário. Se manifesta a usuária MARION, reclamando da falta
213 de atendimento odontológico no Morro da Embratel. Fala o Sr. RAUL MARTINS, dizendo que
214 não se tenta manipular nada. A gente fala abertamente, de coração aberto. O que está
215 pensando. Manipulação é outra gente que faz, não nós. O entendimento que a gente tem
216 não é o de que os usuários não devam participar . A idéia que a gente tem é que na
217 apreciação de um Projeto de um Hospital, só técnicos que conheçam de construção de
218 Hospital podem dar parecer técnico sobre se aquele projeto esta adequado ou não às
219 normas técnicas. Do ponto de vista da discussão política, aí sim ela deve dizer se aquele
220 hospital é ou não necessário numa determinada área da cidade. Se naquela área que está
221 se propondo ali é para área infantil, tuberculose, hospital geral, tec.. Esta é a discussão que
222 deve ser travada aqui. É aqui nesta Plenária, não na Setec, porque senão a gente tem que
223 mudar o nome da Setec e mudar de Secretaria Técnica para uma Secretaria de uma
224 discussão prévia a Plenária. Então, agente discute previamente, estabelece um embate
225 prévio e traz a discussão, que não é mais técnica, é política também. É um entendimento,
226 uma posição franca, aberta, que não representa nenhum tipo de desprezo ao conhecimento
227 do usuário e sim de desconhecimento técnico em algumas áreas. Se nós compusermos a
228 Setec só com pessoal da contabilidade, por exemplo, nós poderíamos cometer este erro. Se
229 é para aprovar um Projeto em um Hospital, seguramente teríamos profundos problemas.
230 Então, assim não está previsto, nem no Regimento da Setec a flexibilidade de participação
231 ou convite a assessoramento técnico para as demais áreas. Esta é a posição. Retoma o
232 Coordenador, NEI CARVALHO,, dizendo que iremos colocar em votação a proposta , mas à
233 medida em que as pessoas vão se apropriando da discussão, vão começando a discutir.
234 Entrem no processo e algumas coisas ficarão mais claras. Então este é o primeiro ponto de
235 pauta. Todos apresentaram algumas modificações que a gente fez aqui e a Conselheira ANA
236 está anotando para nós. As alterações foram as seguintes; na quinta folha da proposta
237 apresentada, no Capítulo II, Da Composição, na quinta linha, substitui-se o termo
238 DELIBERAR por EMITIR. Na sexta linha deste mesmo item a última frase passa a ter a
239 seguinte redação; OS CANDIDATOS A MEMBROS SERÃO APRESENTADOS PELOS
240 RESPECTIVOS SEGMENTOS AO NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DO CMS, QUE
241 SUBMETERÁ A APRECIÇÃO DA PLENÁRIA. Coordenador NEI solicita então que quem
242 aprova o Regimento Interno da Setec, com as alterações propostas, levante o braço. O
243 resultado é de 29 votos favoráveis, 2 abstenções e 1 contrário. O Coordenador NEI

244 CARVALHO fala da proposta de mutirão em cirurgias eletivas de Média Complexidade que o
245 Sr. ERI MEDEIROS apresentou no Núcleo, ontem e que está sendo negociada com os
246 municípios da Região metropolitana. Diz o Sr. NEI que isto é apenas um informe.
247 Deveríamos ter repassado cópia dos Conselheiros, mas isto não aconteceu. Este Projeto
248 refere-se a uma verba existente para mutirões e o que a Secretaria Municipal da Saúde que
249 é agregar mais municípios da Região Metropolitana, para aumentar o valor e poder
250 encaminhar as cirurgias, também para usuários destas outras cidades. Assim que os
251 detalhes forem acertados deverá voltar para esta Plenária tomar conhecimento. Fala o
252 Conselheiro JAIRO TESSARI, dizendo que o Conselheiro OSCAR levou esta informação à
253 Plenária do CES e na saída eu recebi da ARITA BERGMANN, representante do Governo
254 Estadual. da Secretaria da Saúde uma convocação para a reunião da Bipartite, dia
255 09/03/2005 para discutir este assunto. Retoma então o Sr. NEI CARVALHO, dizendo que
256 entramos na pauta da Resolução sobre Vales-Transportes. Diz o Sr. NEI, que o que ocorre é
257 que iniciou uma discussão no Município de Porto Alegre, através de diversos Conselhos, no
258 ano passado, sobre a questão dos Vales-transporte, para conselheiros dos diversos
259 Conselhos de Porto Alegre. Foi formada uma comissão com Entidades, Associações,
260 governo, etc, para discutir isso e como estávamos em final de gestão, isto não andou, O
261 Conselho Municipal de Saúde fez uma negociação com o gestor anterior, junto com o
262 Ministério Público, para que pudéssemos conseguir vales-transporte para o trabalho do
263 Conselho. Nós entendemos que os conselheiros, mesmo usuários, não devam ganhar para
264 fazer controle social. Porque não queremos ser empregados de Gestor. Existem alguns
265 Conselhos onde as pessoas recebem alguma coisa para participar das reuniões. Portanto,
266 como nós pactuamos com o Gestor o fornecimento de Vales-transporte é importante que
267 esta Plenária homologue isto e a Dra. ANA CIRNE irá ler a Resolução 05/05, que define o
268 Regramento para se fornecer os Vales. É feita a leitura da Resolução 05/05. Após feita
269 votação, onde tivemos 19 votos favoráveis, 4 contrários e 8 abstenções. Passamos para a
270 apreciação então da Resolução 04/05, que disciplina a forma de justificar as faltas de
271 Conselheiros, representantes de entidades, Conselhos Distritais, etc. É feita a leitura pela
272 Dra. ANA MARIA CIRNE e após colocado em votação, sendo aprovado por 23 votos
273 favoráveis, nenhuma abstenção e nenhum voto contrário. As 21:15 hs , nada mais havendo a
274 tratar e ressaltando que a próxima Plenária será no Auditório da Secretaria Municipal de
275 Administração, o coordenador NEI CARVALHO dá por encerrada esta Plenária e eu, OSCAR
276 PANIZ, secretariando-a, lavro esta presente Ata.

277

NEI CARVALHO

OSCAR RISSIERI PANIZ

278

Coordenador do CMS/POA

Secretário do CMS/POA